



**ESTADODE MATOGROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**EDITAL N. 36/2017-DGTJ**

*Comunicação sobre a implantação do  
Processo Judicial Eletrônico - PJe, no  
âmbito do Juizado Especial Cível da  
Comarca de Pedra Preta.*

**O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO  
ESTADODE MATOGROSSO**, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

**CONSIDERANDO** que o uso do meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais foi admitido e disciplinado pela Lei Federal nº 11.419, de 19 de dezembro de 2006;

**CONSIDERANDO** que a Resolução nº 185, de 18 de dezembro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça, instituiu, em caráter obrigatório, o Sistema Processo Judicial Eletrônico – PJe como o sistema informatizado de tramitação e acompanhamento processual no âmbito do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** que o Processo Judicial Eletrônico-PJe, sistema de tramitação de processos judiciais desenvolvido sob a coordenação do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, com a colaboração de diversos tribunais brasileiros, tem potencialidade para ser utilizado em todos os procedimentos judiciais;

**CONSIDERANDO** que o Comitê Gestor do Processo Judicial Eletrônico no Estado de Mato Grosso CG-PJe tem por atribuição propor diretrizes estratégicas para o desenvolvimento e implantação de sistema eletrônico de controle de processos judiciais no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso;

**CONSIDERANDO** a homologação do Plano de Expansão do Processo Judicial Eletrônico – PJe, junto ao Juizado Especial Cível da Comarca de Pedra Preta;

**CONSIDERANDO** as inconsistências identificadas durante os trabalhos de homologação técnica de migração do sistema PROJUDI para o



**ESTADODE MATOGROSSO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Processo Judicial Eletrônico (PJe),

**COMUNICA que,**

Item 1 – A partir das 12h00 do dia 15.5.2017 será implantado o Sistema Processo Judicial Eletrônico-PJe, no Juizado Especial Cível da Comarca de Pedra Preta, por meio da migração dos processos atualmente em tramitação no sistema PROJUDI.

Item 2 – A utilização do PJe para distribuição de novas ações será obrigatória a partir da data indicada no item 1.

Item 3 – A fim de garantir o sucesso da migração dos dados, bem como com o objetivo de assegurar a adequada comunicação dos atos processuais pelo sistema PJe, os advogados relacionados nos docs. 1 e 2, parte integrante do presente edital, deverão regularizar seus cadastros junto ao PROJUDI **até a data de 8.5.2017**, bem como promover seu cadastramento no PJe **até a data de 12.5.2017**.

Item 4 – A falta de regularização dos dados junto ao PROJUDI, bem como a ausência do adequado cadastramento no PJe, até as datas estabelecidas no item anterior, implicará na impossibilidade de comunicação dos atos processuais a partir da implantação do novo sistema, até que a(s) pendência(s) seja(m) definitivamente sanada(s).

Item 5 – Ficam suspensos os prazos processuais, intimações e citações no âmbito do Juizado Especial Cível da Comarca de Pedra Preta, no período de 12 a 19.5.2017.

Publique-se. Cumpra-se.  
Cuiabá, 19 de abril de 2017.

Desembargador **RUI RAMOS RIBEIRO**,  
Presidente do Tribunal de Justiça.